



EXPANSÃO DA FRONTEIRA DO CAPITAL GLOBAL DO AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA: ESCALAS E CONFLITOS

Francilene Sales da Conceição ¹
Amanda Michalski ²

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a atual expansão da fronteira capitalista do agronegócio na Amazônia Ocidental e os conflitos agrários e territoriais derivados desse processo que se cristalizam na tríplice-fronteira e macrorregião composta pelo sul do Amazonas, Acre e norte de Rondônia e na região do Vale do Guaporé, sudoeste do estado de Rondônia. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e quantitativa e a análise se pauta entre os anos 1990 a 2020. Foi realizada revisão teórica-conceitual, análise documental e estatística. A produção cartográfica consistiu na elaboração de cartogramas sobre a espacialização da produção agrícola e de uma cartografia dos conflitos agrários e territoriais, cuja trama socioespacial resulta no avanço da fronteira agrícola na Amazônia Ocidental. Nesse sentido, a economia agrícola globalizada (pecuária/carne e agricultura/soja) presentes no espaço agrário/hídrico/florestal amazônico, aumenta as demandas por terras, agrava as tensões fundiárias e territoriais em Unidades de Conservação (UCs), Terras/Territórios Indígenas, Quilombolas, Camponesas e Ribeirinhas.

Palavras-chave: Fronteira, Agronegócio, Povos Amazônicos. Amazônia.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la expansión actual de la frontera capitalista del agronegocio en la Amazonía occidental y los conflictos agrarios y territoriales derivados de este proceso que cristalizan en la triple frontera y macrorregión compuesta por el sur de la Amazonía, Acre y norte de Rondônia y en la región del Valle del Guaporé, al suroeste del estado de Rondônia. La investigación tiene un enfoque cualitativo y cuantitativo y el análisis se basa entre los años 1990 a 2020. Se realizó una revisión teórico-conceptual, análisis documental y estadístico. La producción cartográfica consistió en la elaboración de cartogramas sobre la espacialización de la producción agrícola y una cartografía de conflictos agrarios y territoriales, cuya parcela socioespacial resulta en el avance de la frontera agrícola en la Amazonía occidental. En este sentido, la economía agrícola globalizada (ganadería/carne y agricultura/soja) presente en el espacio agrario/hídrico/selva amazónica, aumenta la demanda de tierras, agrava las tensiones territoriales y de tierras en Unidades de Conservación (UCs), Tierras/Territorios Indígenas, Quilombolas, Campesinos y Ribereños.

Palabras clave: Frontera, Agronegocios, Pueblos Amazónicos. Amazonía.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal de Rondônia-PPGG/UNIR, Docente do Curso de Geografia da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas – ENS/UEA. fconceicao@uea.edu.br;

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal de Rondônia-PPGG/UNIR, michalski03geo@gmail.com;



INTRODUÇÃO

A Amazônia é composta por um mosaico territorial misto de povos/grupos étnicos e comunidades que vivem e trabalham nos(as) campos, águas, florestas e cidades. São esses múltiplos território(s) e essas múltiplas territorialidades amazônica(s) que qualifica os povos amazônicos, nas quais criam suas estratégias espaciais que visa fortalecer a reprodução social e o desenvolvimento de ações contra hegemônicas em defesa de territórios tradicionais e coletivos.

Essa é a legítima geografia da Amazônia, assentada na multiplicidade de modos de vidas e na diversidade de classes/grupos sociais que interage sob a égide e o tempo da natureza. Todavia, a partir da incorporação do projeto territorial da agenda do agronegócio (1990-2021), esse panorama do modo de vida amazônico é ressignificado paradoxalmente a partir lógica da expansão capitalista de produção, pois se tem a dilatação de uma fronteira agrícola globalizada (carne e soja) que concretiza a concentração fundiária, propriedade privada, grilagem de terras e expropriação de populações do meio rural das terras/territórios.

Na atualidade, esse desencontro entre diferentes temporalidades e territorialidades, que envolve relações de poder entre povos amazônicos e agronegócio é marcada por processos de pilhagens, expulsões, subalternização, intimidação, ameaças, crimes e violências. Essa dinâmica socioterritorial se torna bem mais evidente, sobretudo, com a formação de uma nova região denominada de tríplice-fronteira (sul do Amazonas, norte de Rondônia e leste Acreano) e da região do Vale do Guaporé (sudoeste do estado de Rondônia, composta por quatro municípios: Seringueiras, São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé e Costa Marques), situado às margens da rodovia estadual RO-429, e na fronteira com a Bolívia, onde se cristaliza o avanço da monocultura da soja que tem pressionado conflitivamente territórios quilombolas e terras indígenas.

Nesse contexto, este trabalho objetiva analisar a atual expansão da fronteira capitalista do agronegócio na Amazônia Ocidental e os conflitos agrários e territoriais derivados desse processo que se cristalizam na tríplice-fronteira e macrorregião composta pelo no sul do Amazonas, Acre e Norte de Rondônia e na região do Vale do Guaporé, sudoeste do estado de Rondônia.

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e quantitativa. Foi realizada revisão teórica-conceitual em Martins (2014), Oliveira (2016), Haesbaert (2004), Costa Silva,



Lima & Conceição (2018), Conceição (2021), Costa Silva & Michalski (2020), que consistiu no debate teórico-metodológico acerca da expansão da fronteira capitalista na Amazônia a partir da territorialização do agronegócio (carne e soja). A análise documental e estatística consistiu no levantamento de informações e dados secundários da espacialização do agronegócio, que 1990 a 2020 tem pressionado as áreas protegidas e invadido de terras indígenas e comunidades tradicionais. A produção cartográfica consistiu na elaboração de cartogramas sobre a espacialização da produção agrícola e de uma cartografia dos conflitos agrários e territoriais, cuja trama socioespacial resulta no avanço da fronteira agrícola na Amazônia Ocidental.

A condição geográfica impositiva de expansão da fronteira do capital na macrorregião de influência do agronegócio, transformou em lócus da sedimentação de uma economia agrícola globalizada (pecuária/carne e agricultura/soja) que submerge o espaço agrário/hídrico/florestal amazônico e aumenta as demandas por terras, agravando as dinâmicas e as tensões fundiárias e territoriais provocadas pela agricultura capitalista em Unidades de Conservação (UCs), Terras/Territórios Indígenas, Quilombolas, Camponesas e Ribeirinhas.

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA DO CAPITAL NOS TERRITÓRIOS DOS POVOS AMAZÔNICOS

A fronteira se revela como uma frente de expansão do capital sobre os territórios ocupados por povos indígenas e comunidades quilombolas, camponesas, ribeirinhas e extrativistas, permeabilizando como um cenário de disputas territoriais e conflitos fundiários que é marcado pela intolerância, ambição, expropriação, grilagem e morte (MARTINS, 2014; OLIVEIRA, 2016). Nesse sentido, que:

A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados do outro; como os grandes proprietários de terras, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história (MARTINS, 2014, p.133).



É na fronteira que os conflitos entre os diferentes (classes/grupos sociais) acabam se manifestando, uma vez que os desencontros se contrapõem na forma da visão e entendimento do mundo. A Amazônia como uma região constituída de múltiplos territórios(s) e multiterritorialidade(s) (HAESBAERT, 2004), cristalizada por uma sociodiversidade e um pluralidade econômica, política, cultural e ambiental, enfrenta hoje a invasão das terras-águas-florestas-cidades (CONCEIÇÃO, 2021) pelo agronegócio, resultando em disputas por terra e território.

O movimento espacial da produção de mercadorias para exportação (carne e soja) e as estratégias do capital global determina uma lógica de negação, crimes, pilhagens e espoliações que avançam sobre áreas protegidas, sendo elas Unidades de Conservação, Terras/Territórios dos indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos e extrativistas, que segundo Martins (2014, p.11), a configuração dessa fronteira “viabiliza a existência de quem o domina, subjuga e explora”. As ações de apropriação e dominação entre capital e povos amazônicos projeta tensões e violências, pois enquanto existir a fronteira há predominância de conflitos, ou seja, agrários e territoriais.

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e moral dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagonica do nós. Quando a história passa a ser a *nossa história*, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (MARTINS, 2014, p.133).

A espacialização dos conflitos na fronteira amazônica é por terra-território, cristalizando ações desigual e combinada no lugar da alteridade, na qual modifica a história, a vida, o trabalho e as relações/práticas socioespaciais desenvolvidas nos territórios amazônicos. Assim, os processos de expansão da fronteira do capital global sob a lógica do agronegócio na Amazônia brasileira são permeados de relações excludente, desigual, combinada que avançam no espaço agrário, florestal e hídrico (COSTA SILVA, LIMA & CONCEIÇÃO, 2018).

Evidentemente, tais processos socioespaciais e socioterritoriais que se manifestam antagonicamente a partir das relações capitalistas de produção, introduzem ações de perversidade e dispositivos negacionistas por meio da dominação/apropriação/destruição da natureza. De fato, a lógica do agronegócio além de intensificar os fluxos econômicos nos mercados globais, contraditoriamente elevou as taxas de desmatamentos, aumentou



as disputas por terras/territórios e (re)produziu o nivelamento de uma anti-amazônia, cristalizando gradativamente uma cartografia dos conflitos agrários e territoriais (COSTA SILVA & MICHALSKI, 2020).

A expansão da fronteira ocorreu com a conversão de áreas naturais e protegidas (ordenamento territorial) em espaço da agropecuária, que funcionou, e ainda funciona, como reserva espacial do agronegócio. A lógica territorial do agronegócio, que em Rondônia assenta-se na soja e na pecuária extensiva, articula-se tanto a modernização agrícola quanto a pressão territorial em áreas protegidas, compondo, no mesmo processo, modernização, tecnologia, violência e crime ambiental (COSTA SILVA & MICHALSKI, 2020, p.17-18).

A cartografia do agronegócio ao movimentar a fronteira faz emergir a elevação de procura por terras para produção do *commodities*, legitima a grilagem em terras públicas, expropria povos amazônicos e amplia a produção de *commodities* nas proximidades e/ou interior de áreas protegidas (COSTA SILVA & MICHALSKI, 2020). Na Amazônia rondoniense o avanço da fronteira do capital materializado no agronegócio tem expulsado/cercado coercitivamente a classe social do campesinato e legitimado a invasão de áreas protegidas e territórios de povos e comunidades tradicionais.

Dado a esse processo, indica-se que a fronteira não consegue “segurar” os moradores locais, ou seja, há um encurtamento temporal nos lugares de moradia e de trabalho para os grupos sociais mais vulneráveis economicamente, o que resulta em uma aceleração da mobilidade espacial desses sujeitos. Essa vulnerabilidade se expressa na necessidade do campesinato migrar como um processo “espontâneo”, atingido pelos efeitos do agronegócio que pressiona esses e outros grupos sociais, como por exemplo, os seringueiros, a buscarem outros espaços de reprodução social, econômica e política, considerando que a fronteira se transforma em espaço-mercadoria do capital agrário (COSTA SILVA & MICHALSKI, 2020, p. 11).

O desenvolvimento e a expansão das relações capitalistas no espaço agrário/hídrico/florestal produzem uma fronteira cartografada por conflitos agrários e territoriais. Uma vez a Amazônia inserida dentro dessa lógica como produtora e fornecedora de mercadorias (*commodities* soja e carne), visa transformar os espaços em mercadorias para atender uma demanda em escala global (produção agroexportadora).

O surgimento de novas fronteiras agrícolas na Amazônia tem cristalizado avanços dos desmatamentos, migração forçada de trabalhadoras e trabalhadores rurais do campo para a cidade e/ou do campo para o campo, ilegalidades fundiárias e ambientais, bem



como tem especializado gradativamente as disputas por terras e territórios entre agronegócio e povos amazônicos.

Na sub-região estudada, a qual denominamos como tríplice fronteira entre os estados do Acre-Amazonas-Rondônia, observa-se a intensificação deste processo de expropriação e aumento da degradação ambiental em uma parte do território amazônico que está sendo palco de disputas de narrativas globais, regionais e locais. O atual cenário internamente se apresenta como negação de direitos socioterritoriais, culturais e ambientais, e externamente, ou seja, como o governo busca externalizar a Amazônia fora do país – principalmente à Europa, como área engajada nos preceitos do desenvolvimento sustentável pautada pela Bioeconomia.

ESPACIALIZAÇÃO DA FRONTEIRA DO AGRONEGÓCIO GLOBAL NA AMAZÔNIA RONDONIENSE

A expansão da fronteira agrícola global se configura como o desenvolvimento da acumulação capitalista, que molda novos arranjos territoriais a partir da reapropriação e exploração da natureza e da expropriação de povos indígenas e comunidades tradicionais amazônicas. Nesse contexto, é perceptível que o espaço agrário rondoniense vem passando por metamorfoses espaciais e territoriais de ordem multiescalar e multidimensional (HAESBAERT, 2006), em virtude da espacialização de soja produzida entre os anos de 2000 e 2020.

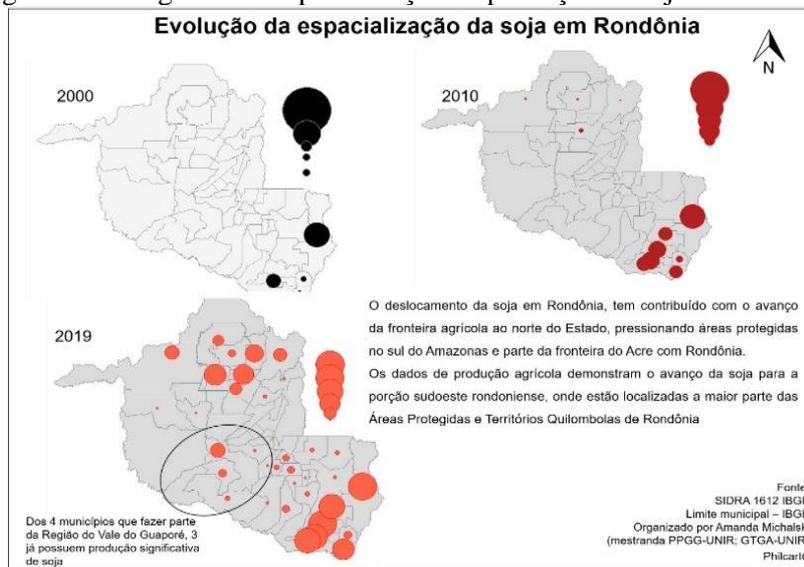
Na atualidade, esse desencontro entre diferentes temporalidades e territorialidades, que envolve relações de poder entre povos amazônicos e agronegócio é marcada por processos de pilhagens, expulsões, subalternização, intimidação, ameaças, crimes e violências. Essa dinâmica socioterritorial se torna bem mais evidente, sobretudo, com a formação de uma nova região denominada de tríplice-fronteira (sul do Amazonas, norte de Rondônia e leste do Acre) e da região do Vale do Guaporé descrita anteriormente.

Esse processo socioespacial desigual e combinado por conta da especulação do valor da terra e por haver menor incentivo para melhoria tecnoprodutiva da soja, a fronteira do capital em expansão avança e converte áreas de produção da pecuária bovina em áreas de monocultura da soja, que entre os anos de 1996 e 2020 aumentou a produção em mais de 1.0000% e a área em 597,17%.



As informações dos censos de 2006 e 2017, mostram que o número de estabelecimentos *não familiares* apresentou um aumento de 64%, enquanto o número de estabelecimentos *familiares* em Rondônia elevou em 14%. A quantidade de áreas que foram incorporadas aos estabelecimentos *não familiares* é equivalente a 5.000%, saindo de 96 mil hectares contabilizados no censo de 2006 para 5.739.636 hectares em 2017. Temos assim, a apropriação de áreas antes destinadas a produção camponesa sendo incorporada pelo agronegócio – seus sujeitos e agentes, com o apoio e negligência do Estado.

Figura 1: Cartograma da espacialização da produção de soja em Rondônia

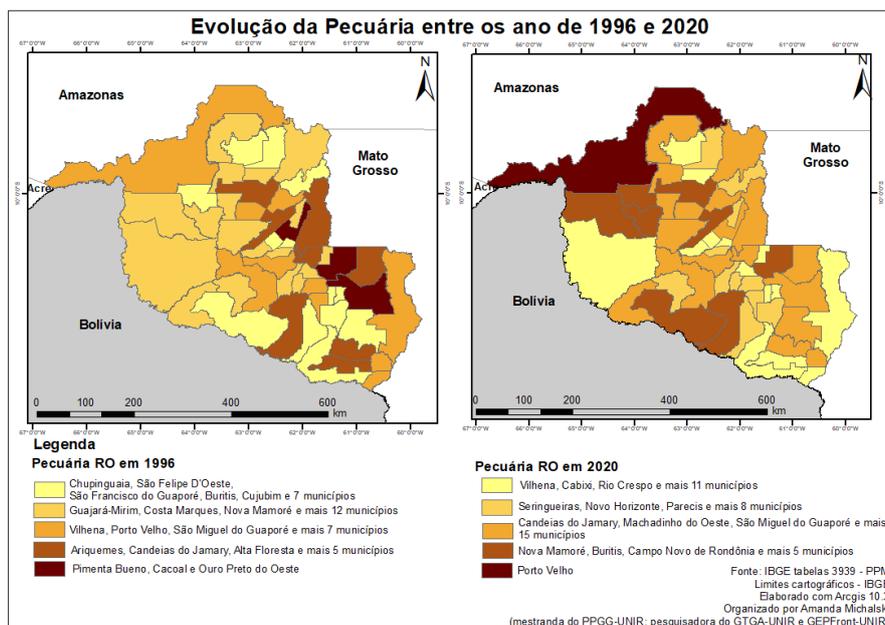


Fonte: Tabela 1612 Sidra/IBGE.

No Cartograma 1 (Figura 1), os dados representados espacialmente correlaciona a áreas destinada a produção da soja e a incorporação de novas áreas destinadas a produção de soja. Observa-se que a formação da fronteira da 429, a partir do aumento de áreas destinadas às soja, como por exemplo a região do município de Seringueiras que apresentava em 2019 uma área de mais de 3 mil hectares, com uma produção de mais de 1 (uma) tonelada de grãos de soja no mesmo ano. A região do Vale do Guaporé, possui grande quantidade de áreas protegidas e inclui ainda territórios quilombolas, sendo eles: Quilombos de Jesus, de Pedras Negras, de Santo Antônio, Forte Príncipe da Beira, Santa Fé, Laranjeiras e Santa Cruz. Os dados do avanço da fronteira econômica da soja e da pecuária é crescente, pressionando, tensionando e ameaçando os territórios dos povos amazônicos e territórios protegidos, pois o crescimento da pecuária em Rondônia implica no aumento do efetivo bovino.

Compreende-se a correlação entre duas variáveis em Rondônia, pecuária bovina e a soja. A primeira caracterizada por ser uma atividade exercida pelo campesinato, enquanto a segunda é desenvolvida exclusivamente em médias e grandes propriedades. A soja ao se expandir, apropria-se de novas terras/territórios de povos e comunidades tradicionais e converte áreas destinadas à pecuária em (Figura 2) produção de grãos.

Figura 2: Deslocamento do efetivo bovino em Rondônia de 1980 a 2018



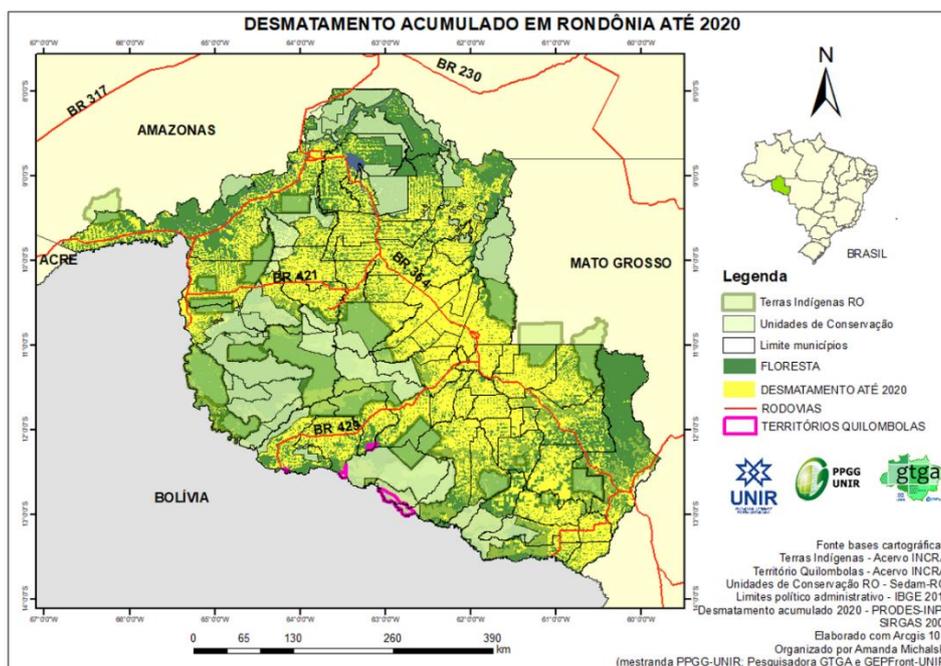
Fonte: tabela SIDRA-IBGE 3939 PPM Rondônia.

O deslocamento da atividade da pecuária ocorreu entre os anos de 1996, ano em que iniciou a incorporação da atividade de monocultivo da soja em solo rondoniense, e que de 2020 demonstra a partir da relação com as informações da expansão das áreas destinadas à soja, áreas incorporadas a partir da migração forçada e espontânea de camponeses e camponesas. Porto Velho é um dos principais municípios reflexos deste deslocamento da atividade da pecuária, e que agora vive essa sobreposição da soja sobre áreas da pecuária, visto que a dinâmica da fronteira acelera e pressiona o sul do estado do Amazonas e o leste acreano.

É nítido o avanço da atividade da pecuária e, posteriormente, da soja em direção ao Vale do Guaporé, destacando-se significativamente por meio da intensificação dos conflitos socioterritoriais, ambientais e culturais, envolvendo povos indígenas e comunidades quilombolas e extrativistas. Na Figura 3 a seguir podemos observar o

avanco do desmatamento sobre às áreas mencionadas correlacionadas à expansão da fronteira agrícola.

Figura 3: Avanço do desmatamento em Rondônia



Fonte: PRODES-INPE Desmatamento acumulado até 2020.

O estado de Rondônia possui quarenta Unidade de Conservação estando elas distribuídas entre Estadual e Federal. Além disso, é parte integrante deste aglomerado Reservas Extrativistas, Reservas Biológicas, Parque Estadual, Floresta Nacional, Floresta Estadual, bem como vinte e duas Terras Indígenas e oito comunidades quilombolas.

O mapa da Figura 3 evidencia a pressão existente sobre as áreas protegidas do estado de Rondônia, com destaque para Reservas Extrativistas, Terras Indígenas e Território Quilombolas, visto que este são objeto da ação de invasões e grilagens de terras, bem como são alvos de intensificação do desmatamento ilegal.

Essas áreas negligenciadas pelo Estado, seja estadual ou federal, são atacadas pela bancada ruralista do poder legislativo de Rondônia, a partir de inúmeras tentativas, que resultaram em alguns ganhos para essa classe, como a modificação dos limites de áreas protegidas estaduais. Como exemplo, podemos citar as Lei 1089/2021 aprovada pela Assembleia Legislativa de Rondônia que prevê a redução de mais de 150 mil hectares da Reserva Extrativista Jacy-Paraná e 22 mil hectares do Parque Estadual Guajará-Mirim. Ambas as áreas protegidas localizadas ao norte noroeste do Estado, região com maior

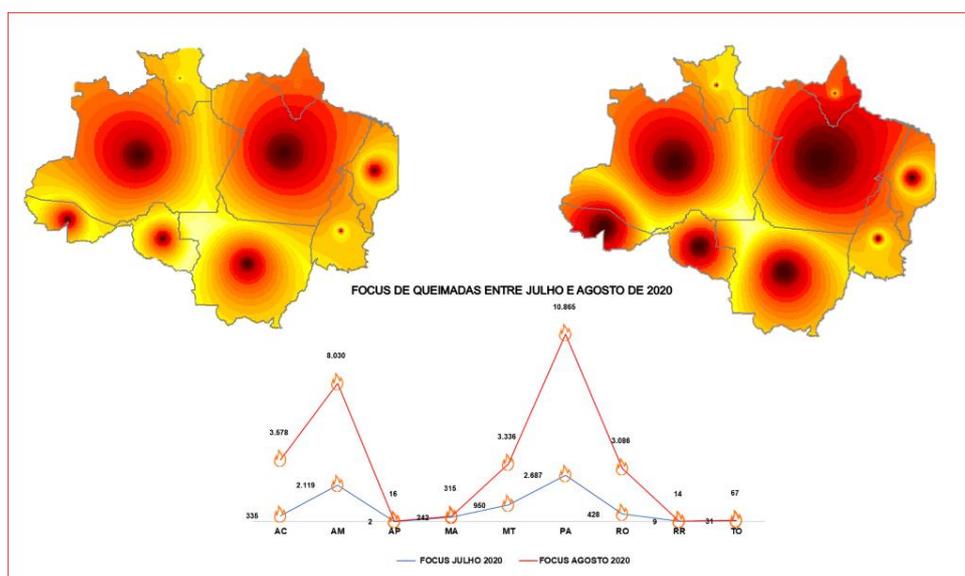


índice de desmatamento e degradação ambiental ao longo dos últimos anos. O estado de Rondônia alcançou mais de 38% em relação ao desmatamento acumulado entre a década de 1980 e o ano de 2021.

O município de Porto Velho ocupa o terceiro lugar na Amazônia com maior índice de desmatamento segundo o PRODES por meio do INPE. Além do avanço do desmatamento, observa-se ainda o aumento do número de queimadas, intensificada após o golpe de 2016. O governo atual ao assumir sua gestão, caracteriza-se uma administração pautada em uma política nefasta e perversa, na qual é permeada pela violação de direitos humanos, sociais, culturais, ambientais e econômicos de povos indígenas e comunidades tradicionais do campo, das águas e da floresta.

No mês de agosto de 2019, no dia 10, ficou marcado na triste história da Amazônia brasileira, como do 'O dia do FOGO'. Em esse processo conflituoso registrou o aumento do número de queimadas, principalmente dentro e no entorno de áreas protegidas, pois esses territórios são constantemente atacados pela classe do agronegócio (latifundiários e/ou grileiros de terras), como é demonstrado na Figura 4, que a partir de informações do ano de 2020, materializa-se uma cartografia dos conflitos a partir da análise do aumento dos focos de queimadas na Amazônia, pressionando territórios dos povos amazônicos e as áreas protegidas.

Figura 4: Focos de queimadas na Amazônia entre os meses de julho e agosto de 2020



Fonte: DETER -INPE
Elaborado pelas autoras.



A Figura 4 que apresenta o infográfico relacionando o número de focos de queimadas entre os meses de julho e agosto de 2020 evidencia que no período de seca/estiagem hídrica, os múltiplos territórios amazônicos, são afetados pelo fogo. Conforme podemos observar a partir das Figuras 5 e 6 a seguir.

Figura 5: Área de queimada na região do Vale do Guaporé



Fonte: Trabalho de campo junto a CPT-RO (2020).

Figura 6: Área de queimada na região do Vale do Guaporé



Fonte: Trabalho de campo junto a CPT-RO (2020).

A ação das queimadas acompanha o movimento da história, resultado de um modelo arcaico de uso e apropriação indevida do solo na Amazônia que qualifica



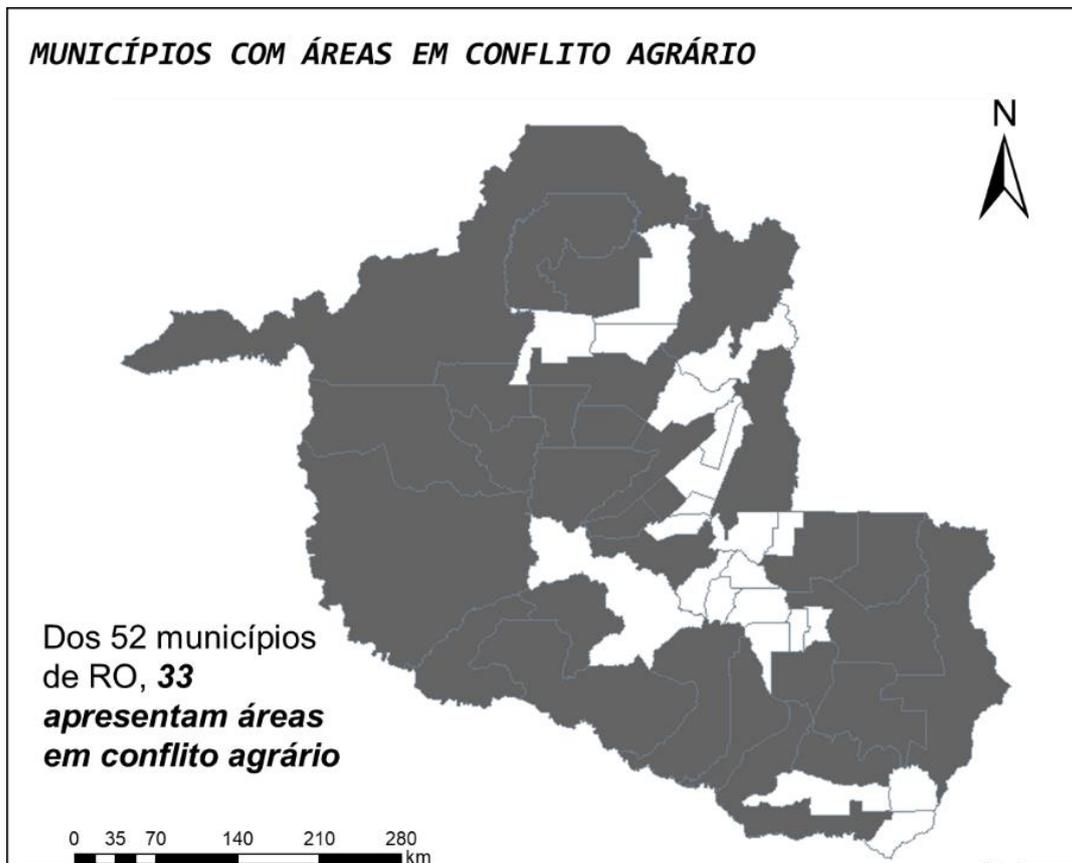
impactos ambientais de alto grau e mudanças nas paisagens e ecossistemas amazônicos, atingindo os territórios dos povos amazônicos. Segundo Costa e Silva & Milchalski (2020, p. 6):

As fases descritas do ordenamento territorial da Amazônia traduzem-se em impactos ambientais que amplificam os dados de desmatamento, queimadas, rápida degradação do solo e danos irreparáveis aos territórios tradicionais dos povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos e seringueiros. Na medida em que o processo de expansão da fronteira se reveste de um sentido de “desbravamento” e “pioneirismo”, onde os sujeitos se sentem heróis por abrirem estradas e criarem vilas e cidades, há toda uma engrenagem que molda a configuração socioterritorial da Amazônia.

Dessa maneira, evidencia-se que majoritariamente, os grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, Polonoroeste, Polamazônia e Planaflores, nutriram a lógica de ordenamento do território vinculado a ação hegemônica do capital, apoiado pelo Estado. Esse processo colonizador imposto de cima para baixo é carregado de antagonismos, pois além de se apropriar da natureza, transformando-a em mercadoria, ocasionou a expropriação dos povos amazônicos, negligenciando os modos de vidas das populações urbanas e rurais. Os grandes projetos cristalizam nos lugares a solidariedade organizacional das empresas (Santos & Silveira, 2001), promovendo um processo de descaracterização da região, uma (des)amazonização da Amazônia, dificultando o processo de transição entre uma economia falida que relaciona às atividades agropecuárias extensivas, assim como do processo de exploração mineral.

O estado de Rondônia, com destaque às áreas objeto desta análise, acumula ainda altas taxas no número de conflitos agrários ocupando o 4º no ranking do número de conflitos no campo, com 827 registros, segundo os dados do Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2020, material organizado há mais de quarenta anos pela Comissão Pastoral da Terra. Os dados relacionados aos conflitos do ano de 2020, demonstra os sujeitos que praticam e os que mais sofrem neste aspecto criminoso. As informações mostram que dos 52 municípios dos estado de Rondônia, 33 apresentam algum tipo de conflito, conforme Figura 6, estando elas próximas ou no entorno de áreas protegidas, representando mais de 4 milhões e 716 mil hectares, ou 60% do território rondoniense.

Figura 6: Áreas de conflito agrário em Rondônia em 2020



Fonte: CPT (2020)

Elaborado por Amanda Michalski.

Classificando os principais conflitos entre Terra, Água e Trabalho, os dados demonstraram que 6.985 famílias localizadas em quatro municípios (Porto Velho, São Francisco do Guaporé, Costa Marques e Alta Floresta), sendo estes palco da forte pressão movida pela expansão do agronegócio e vinculada ao monocultivo da soja, evidencia ainda a disputa por territórios hídricos na Amazônia. Em relação a categoria Trabalho, foram registradas três ocorrências que resultaram em 8 pessoas libertas, sendo uma delas menor de idade.

Na contemporaneidade, esses desencontros entre diferentes temporalidades e territorialidades, que envolve relações de poder de subordinação e apropriação simbólica do Capital/Estado sobre natureza/povos amazônicos é marcada por conflitos de múltiplas ordens, processos de pilhagens, expulsões, subalternização, intimidação, ameaças, crimes e violências, processos estes que são bem evidentes nos conflitos por terra, água, floresta e trabalho na Amazônia Rondoniense.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da fronteira do capital na macrorregião do agronegócio, a transformou em uma (pecuária/carne e agricultura/soja) economia agrícola globalizada que vincula a processos de expropriação e negação de direitos humanos, sociais, culturais e econômicos de povos indígenas e comunidades tradicionais. Observa-se ainda o aumento nas demandas por terras no espaço agrário/hídrico/florestal amazônico resultando em maior números de conflitos socioterritoriais e aumentos do desmatamento e degradação ambiental por meio do aumento do número de queimadas, ação que vincula-se a morte do bioma amazônico, por meio do agravamento das tensões fundiárias e territoriais em Unidades de Conservação (UCs), Terras/Territórios Indígenas, Quilombolas, Camponesas e Ribeirinhas.

A espacialização dos dados por meio das cartografias reforça que na atualidade é essa a realidade presente na Amazônia, uma região permeada por conflitos agrários e territoriais, violências, intimidações e ameaças. A partir da expansão das relações capitalistas de produção há a cristalização da fronteira do capital global que transforma a natureza e territórios dos povos amazonicos em mercadorias e legitima a propriedade privada da terra e promove a legalização da grilagem na Amazônia.

Em Rondônia, essas dinâmicas socioterritoriais que se cristaliza na nova região que se forma na tríplice-fronteira (sul do Amazonas, norte de Rondônia e Acre) e da região do Vale do Guaporé (sudoeste do estado de Rondônia, composta por quatro municípios: Seringueiras, São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé e Costa Marques), situado às margens da rodovia federal BR-429, e na fronteira com a Bolívia, comporta-se como uma região estratégica de reprodução ampliada do capital, no momento que há o avanço da fronteira do capital global se produzem territórios cartográficos conflituosos no espaço agrário/hídrico/florestal.

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, F. S. da. Amazônia do tapajós em conflito: agronegócio e povos amazônicos nos territórios das Terras-Águas-Florestas (TAFS). In: CAVALCANTE, M. M. de A.; COSTA SILVA, R. G. da; SILVA, J. da C. **Amazônia: emoções, vivências e resistências**. - Porto Velho, RO: Coleção Pós-Graduação UNIR, EDUFRO, 2021. 275 p.



COSTA SILVA, Ricardo Gilson; LIMA, Luís Augusto Pereira.; CONCEIÇÃO, Francilene Sales. Territórios em disputas na Amazônia brasileira: ribeirinhos e camponeses frente as hidrelétricas e ao agronegócio. **Confins** [En ligne], 36 | 2018, p. 1-25. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/13980>.

COSTA SILVA, R. G.; MILCHALSKI, A. A caminho do Norte: cartografia dos impactos territoriais do agronegócio em Rondônia (Amazônia ocidental). **Confins** (PARIS), v.45, p. 1-24, 2020. Disponível em <https://journals.openedition.org/confins/28017>.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** 2ª ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, A. U. de. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência.** São Paulo: Iandê Editorial, 2016, 530p.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record., 2001.